

## Os argumentos do pânico

Moacir Werneck de Castro \*

**D**eu no jornal: o Brasil terá 3.111.323 casos de cólera este ano, o correspondente a 2% da população; 261.529 casos ocorrerão no Rio de Janeiro. São cálculos do nosso Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde.

Por acaso não poderiam esses implacáveis estatísticos nos fazer algum abatimento? Quem sabe, prever respectivamente "apenas" uns 2.657.071 e 199.425 casos?

No tocante à cólera, como já acontece com a Aids, a finalidade desse tipo de projeções é causar impacto, dar um bruto choque na população para que siga os conselhos de prevenção das doenças. No caso da cólera, chama-se a atenção para as precauções indispensáveis: ferver a água, cozinhar bem os alimentos, lavar sempre as mãos etc. Tudo perfeito. Mas em resultado do alarma se pode criar uma legião de apavorados e neuróticos pelo país afora.

Como leigo, quero avançar a modesta opinião de que é tempo de pôr com o exagero desses exercícios de projeção. Para dizer que há uma ameaça grave à saúde pública não é preciso amedrontar as pessoas com cifras de exatidão duvidosa, senão inteiramente falsas. Os meios de comunicação levam às grandes massas a noção clara do perigo, sem necessidade de números apocalípticos.

Vejam o problema da preservação do meio ambiente. Sem dúvida, um cidadão pode ter a sua conscientização ecológica mais facilmente despertada, se tomar conhecimento das ameaças do efeito estufa, do risco de destruição da camada de ozônio, do aquecimento do planeta e do avanço dos mares sobre os continentes. Mas ainda assim as projeções estatísticas devem ser apresentadas com comedimento, dentro de um contexto e sem apelar para efeitos especiais de terror. Ou seja, com o intuito de alertar, não de apavorar. Um pregador ecológico apavorado ajuda a criar uma histeria coletiva indesejável. Não deve cair ao nível dos propagandistas das seitas religiosas que proliferam por aí.

Informação em vez de alarmismo, eis a meta. Todos precisam saber da verdade, mas em termos justos, com vistas a soluções concretas. Como está dito na introdução do anuário 1990 do Worldwatch Institute: "A curto prazo, líderes políticos podem proferir discursos e fazer declarações de preocupação. A longo prazo, porém, a construção de uma economia ambientalmente sustentável pressupõe medidas específicas e escolhas difíceis."

As estatísticas motivadoras dessa preocupação devem servir de instrumento a uma política de propósitos bem determinados e não marcada pelos impulsos da subjetividade ou de um emocionalismo estéril.

Nesse sentido é preciso destacar a extraordinária importância da contribuição da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, cujas conclusões foram reunidas no livro *Nosso futuro comum* (Editora da FGV, Rio de Janeiro, 1988). Depois de seus três anos de trabalho e coleta de dados em todo o mundo é que nasceu a idéia da convocação da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a se reuniu no Rio em 1992.

Acentue-se que se trata não apenas de meio ambiente, mas de meio ambiente e desenvolvimento — dois conceitos intimamente ligados. O desenvolvimento sustentável (tradução que prevaleceu para o inglês *sustained*, usado internacionalmente) implica o atendimento às necessidades básicas das populações dos países pobres — alimento, roupa, moradia, emprego. Está em causa, portanto, uma opção essencialmente política.

O alarma, fator subjetivo, não é bom conselheiro para a tomada desse tipo de decisões. Inclusive porque tem sido utilizado, no âmbito ecológico, para exercer sobre o Brasil pressões contrárias ao interesse nacional em particular na questão da Amazônia. A novidade ecológica serviu de roupagem à idéia antiga da internacionalização. Do Hudson Institute, de Hermann Kahn, ao grupo Kissinger Associates, muitas organizações e seus potentes *think tanks* têm sonhado com essa perspectiva.

Ainda outro dia lemos uma declaração surpreendente, sobretudo porque feita por um funcionário da ONU. O jamaicano Noel Brown, diretor regional do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Unep), diz o seguinte: "Eu acho que o problema do meio ambiente (...) vai reexaminar a questão da soberania nacional. (...) Quando você olha para o quadro maior, como o problema da camada de ozônio, essas questões transcendem as barreiras territoriais e os limites estabelecidos por fronteiras." E mais: "É um assunto da Terra, planeta sem linhas", e cumpre "retransfigurar", de acordo com as fronteiras nacionais estabelecidas, mas em função dos ecossistemas. *O Globo*, 14/4/91).

É o máximo do desplante mutilar países em nome da camada de ozônio! Muita atenção, pois. E cabe aqui nada de se deixar influenciar pelos argumentos do pânico, por mais que venham travestidos de boas intenções.